



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 146/147

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|------------------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Dobrandino da Silva |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PTB | Carlos Simões |
| PFL | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB | Antonio Anibelli |
| PP | Cida Borghetti |
| PT | Tadeu Veneri |
| PDT | Barbosa Neto |
| PPS | Waldir Leite |
| Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR | Jocelito Canto |
| Bloco Parlamentar PP/PSB | Cida Borghetti |

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 146

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------|----|
| Atos da Presidência | 02 |
| Mesa Executiva | 03 |
| Presenças | 03 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Requerimentos | 03 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final | 03 |
| 3ª Discussão | 06 |
| 2ª Discussão | 06 |
| Requerimentos | 07 |
| Encerramento da Sessão | 07 |
| Publicações: | |
| Atas da Comissão de Redação ... | 07 |

DIÁRIO Nº 147

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| Mesa Executiva | 08 |
| Presenças | 08 |
| Abertura da Sessão | 08 |
| Expediente: | |
| Requerimentos | 08 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final | 09 |
| 3ª Discussão | 10 |
| 2ª Discussão | 10 |
| 1ª Discussão | 10 |
| Requerimentos | 11 |
| Encerramento da Sessão | 11 |

Atos da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 007/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A

encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar Especial - CEI, instalada para investigar e apurar as freqüentes denúncias de irregularidades que vêm sendo praticadas por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e demais Organizações não Governamentais - ONGs, em todo o território deste Estado, tendo em vista que o prazo de sua duração, 120 (cento e vinte) dias, encontra-se vencido desde 29 de dezembro de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 008/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A

encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar Especial - CEI, instalada com o objetivo de acompanhar o andamento do projeto do Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba, tendo em vista que o prazo de sua duração, 120 (cento e vinte) dias, encontra-se vencido desde 31 de outubro de 2004.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

DIÁRIO 146**012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2005**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Chico Noroeste.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: José Maria Ferreira, Luiz Accorsi e Ratinho Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada de acordo com o parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 4099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final:**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 293/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o programa de Apoio às Pessoas com Psoríase, conforme estabelece. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 293/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo a criação, no Estado do Paraná, do Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde garantirá a participação de especialistas e representantes de associações de pessoas com psoríase, Associações Farmacêuticas e Associação Médica no grupo de trabalho

permanente sobre Psoríase (GTPP), a ser constituído para a implementação e garantia de continuidade do programa.

Art. 3º Fica assegurado o exame diagnóstico da psoríase em todas as unidades da rede pública de saúde no Estado do Paraná.

Art. 4º O Estado garantirá, de acordo com a padronização pertinente ao Poder Público, o fornecimento gratuito de toda a medicação necessária ao tratamento, que não poderá sofrer interrupção.

Parágrafo único. No caso de falta de medicamentos na rede de saúde, fica o Poder Público Estadual obrigado a ressarcir os gastos realizados com a medicação preconizada.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Saúde desenvolverá sistema de informação e acompanhamento de pessoas com psoríase, utilizando-se de cadastro específico.

Art. 6º A Secretaria de Estado da Saúde, organizará seminários, cursos e treinamento, visando à capacitação dos profissionais de saúde, em especial farmacêuticos, enfermeiros, clínicos gerais, dermatologistas e pediatras.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Saúde estabelecerá intercâmbios com universidades, hospitais universitários e farmácias com manipulação visando o desenvolvimento de pesquisas sobre a psoríase.

Art. 7º No programa criado por esta lei deverá constar:

- I - campanhas educativas de combate ao preconceito para com o portador de psoríase;
- II - elaboração de cadernos técnicos para profissionais da rede pública de educação e saúde;
- III - elaboração de cartilhas e folhetos explicativos sobre psoríase para a população;
- IV - campanhas específicas em locais públicos de grande circulação;
- V - campanhas em conjunto com a iniciativa privada, em particular as farmácias com manipulação, e associação de classe farmacêuticas e médicas.

Art. 8º O Programa instituído nesta lei, bem como o endereço das unidades de atendimento, deverão ser divulgados através dos meios de comunicação de ampla difusão e circulação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 459/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, alterando os artigos da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de despachantes de trânsito do Estado do Paraná - Detran.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 459/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Modifique-se o artigo 5º da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Em municípios com até 6.000 (seis mil) veículos registrados serão credenciados, no máximo dois despachantes.

Parágrafo único. Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a 6.000 (seis mil) será credenciado mais um despachante para cada 4.000 (quatro mil) veículos.

Art. 2º Modifique-se a alínea “f” do artigo 6º da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“f) apresentar certidão negativa de antecedentes expedida pela justiça estadual civil e criminal, justiça federal e outros afins dos locais que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos 05 (cinco) anos”.

Art. 3º Modifique-se o artigo 7º da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através de credenciamento, a título precário personalíssimo.

§ 2º Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante o parentesco até segundo grau, inclusive por afinidade, com funcionário do Detran-PR, assegurados os credenciamento já concedidos.”

Art. 5º Modifique-se o *caput* do artigo 11 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998 e seus parágrafos, para que passe a vigorar com a seguinte redação, realizando a necessária renumeração:

“Art. 11. Por ocasião do credenciamento, o Despachante de Trânsito firmará termo de responsabilidade, garantido por caução no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), a ser depositada em moeda corrente do país em banco conveniado com o Estado do Paraná, em conta poupança, para cobrir eventuais danos pecuniários, ou materiais ocasionados ao Detran-PR, ou a terceiros.”

§ 1º O valor a que se refere o *caput* do artigo será atualizado em 2 de janeiro de cada ano com base no IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

§ 2º O valor da caução poderá ser levantado nos seguintes casos:

- I - Falecimento do titular;
- II - Aposentadoria do titular;
- III - Cancelamento da credencial, desde que não implique em responsabilidade como enunciado no presente artigo.

§ 3º O prazo para requerer o levantamento da caução é de 05 (cinco) anos, após o cancelamento da credencial.”

Art. 6º Adite-se ao artigo 12 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, alíneas com o seguinte teor, realizando as renumerações que se fizerem necessárias.

“b) Inspeccionar regularidade e procedência do veículo, vistoriar, identificar, declarar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi e laudo de vistoria de veículos automotores, reboques e similares, bem como todos os seus componentes assumindo total responsabilidade pelos atos praticados.

c) Examinar, verificar a regularidade documental através da inspeção de procedência veicular nos processos em que haja necessidade de emissão de Certificado de Registro de Veículo e Certificado de Registro de Licenciamento Veicular anual e demais atos da linha “b”.

Art. 7º Modifique-se as alíneas “l” e “p” do artigo 14 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

“l) manter fichário ou cadastro de seus clientes, sujeito à fiscalização do Detran-PR.

p) ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados e prepostos, exceto quando a questão estiver sendo discutida em juízo.”

Art. 8º Modifique-se a alínea “f” e acrescente-se alínea “g” ao artigo 15 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que vigorem com a seguinte redação:

“f) exercer a função com credencial vencida.

g) exercer a função com credencial suspensa.”

Art. 9º Modifique-se o artigo 18 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir o disposto no artigo 12, alíneas “a” a “j” e artigo 15, alíneas “e” e “f”.

Art. 10 Modifique-se as alíneas “c” e “d” do artigo 20 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passem a vigorar com a seguinte redação:

“c) condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão igual ou superior a 02 (dois) anos;

d) infração ao disposto nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do artigo 15 desta lei.”

Art. 11 Modifique-se o parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Instaurado o processo administrativo e apresentada defesa prévia, o Despachante poderá ficar suspenso, previamente, por no máximo 30 (trinta) dias, se demonstrada a existência do risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 12 Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O recurso da decisão que aplica a pena de cassação de credencial terá efeito devolutivo e excepcionalmente o efeito suspensivo.”

Art. 13 Adite-se o parágrafo 3º ao artigo 24 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, com o seguinte teor:

“§ 3º O efeito suspensivo ao recurso a que se refere o parágrafo 2º do artigo 24 será atribuído em duas situações:

“a) se demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o recorrente;

b) se o recurso não for julgado no prazo de trinta dias de sua interposição.

Art. 14 Fica estabelecido a exclusividade na função de despachante do Detran-PR, não sendo possível o exercício de qualquer outra atividade, salvo a do magistério.

Art. 15. Fica alterado o parágrafo 4º do artigo 13, da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Os prepostos funcionarão como auxiliares diretos do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo junto ao Detran-PR, entregando e recebendo protocolos de processos.”

Art. 16 Fica acrescido o parágrafo 11 ao artigo 13 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

“§ 11. Fica proibido aos prepostos a realização de vistorias, sendo esta atividade eminente ao Despachante de Trânsito.”

Art. 17 Fica acrescido o parágrafo 12 ao artigo 13 da Lei nº 12.327 de 21 de setembro de 1998, com a seguinte redação:

“§ 12. Os prepostos deverão constar com o devido registro em carteira de trabalho, bem como estarem aptos em curso de vistoriador a ser promovido pelo Detran-PR.”

Art. 18. Fica estabelecida a exclusividade ao Despachante do Detran-PR para a realização do lacre de placas.

Parágrafo único. Fica proibido às fábricas de placas a realização da atividade acima descrita.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo máximo de sessenta dias.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 525/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, estabelecendo em dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 525/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será de dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual.

Art. 2º O período previsto no artigo anterior estende-se ao cônjuge, ao companheiro ou ao herdeiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispondo sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da

rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda da CCJ. - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, fixando o valor da taxa de coleta e tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% do montante do valor da fatura de água. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. EM ANEXO PROJETOS DE LEI NºS 577/2005 e 596/2005. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Em votação.**

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Para Encaminhar**)

Apenas para citar que o projeto do nobre companheiro Deputado Hermas Brandão tem em anexo dois projetos: um do Deputado Mauro Moraes e outro de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São parceiros e sócios no projeto.

Em votação a emenda aprovada em 2ª discussão.

Aprovada a emenda. Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2005, objetivando criar os cargos de agente universitário distribuídos entre universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, alterando o artigo 1º da Lei Estadual nº 13.134/2001, aumentando a cota de reserva para os índios de 03 (três) para 06 (seis), no ingresso nas universidades públicas estaduais de ensino superior, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica,

pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao município de Mandaguari, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, alterando a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002, (doação de imóvel ao município de Cafelândia). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2005, que estima a Receita e fixa despesas para o exercício financeiro de 2006. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. **Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, denominando Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Francisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4099, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 486, 564 e 667/2005.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 591, 594 e 605/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 647, 675 e 705/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 156, 260, 420 e 609/2005, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

15ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 419/2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. O Deputado Relator comunicou ao Plenário que foram feitas várias correções no substitutivo de autoria do Deputado Reni Pereira, procurando sanar incorreções de linguagem e de remissão, incoerência notória ou correção pela aplicabilidade da proposta. O Deputado Nelson Jus-

tus afirmou, também, que procurou amparar as decisões tomadas pela douta Comissão de Constituição, na sua reunião do último dia 25 de outubro, que não foram pas-sadas ao texto do Substitutivo Geral aprovado pelo Plenário desta Casa. Colocada em votação, a redação final foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-vada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

DIÁRIO Nº 147

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| Mesa Executiva | 08 |
| Presenças | 08 |
| Abertura da Sessão | 08 |
| Expediente: | |
| Requerimentos | 08 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final..... | 09 |
| 3ª Discussão | 10 |
| 2ª Discussão | 10 |
| 1ª Discussão | 10 |
| Requerimentos | 11 |
| Encerramento da Sessão | 11 |

013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2005

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Waldir Leite.

Presenças:

Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademmar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico No-roeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Her-mes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernan-des da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Re-nato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Wal-dir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Depu-tados: José Maria Ferreira, Luiz Accorsi e Ratinho Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada de acordo com o parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 4100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2005.

(a) WALDIR LEITE

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu não entendi direito a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou mandar que se entregue as notas taquigráficas para V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Por favor, porque eu não consegui captar direito.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispondo sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 486/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O número máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino, observará o espaço mínimo de 4,5m ao professor e 1,2 m ao aluno e será de:

I - Ensino Infantil e 1ª série do Ensino Fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ªs a 4ªs séries do Ensino Fundamental; até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ªs, 6ªs 7ªs e 8ªs séries do Ensino Fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - Ensino Médio: até 35 alunos.

Parágrafo Único. Os custos decorrentes do cumprimento da presente lei serão incluídos no Orçamento do Estado do ano de 2007.

Art. 3º O limite de alunos deverá ser implementado da seguinte forma:

I - 1/3 será alcançado em 2006;

II - 2/3 será alcançado em 2007;

III - Ao final de 2008, terá que contemplar todas as turmas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 564/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, fixando o valor da taxa de coleta e tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% do montante do valor da fatura de água. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 564/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica fixado o valor da Taxa de Coleta de Tratamento de Esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 667/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2005, objetivando criar os cargos de agente universitário distribuídos entre universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 667/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), 90 (noventa) cargos de Agente Universitário, integrantes da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior, de que

trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, complementada pela Lei nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003, na forma do Anexo I.

Art. 2º Os reflexos financeiros decorrentes desta lei deverão ater-se ao limite do orçamento anual das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, ao município de Mandaguari, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

O referido item foi eliminado da Ordem do Dia verbalmente pelo Sr. Presidente.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, autorizando o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, pertencente ao Estado do Paraná, DER, ao município de Mandaguari, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Emenda da CCJ. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, alterando a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.903 de 06 de dezembro de 2002 (Doação de Imóvel ao município de Cafelândia). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2005, de autoria do Poder executivo - Mensagem nº 049/2005, estimando a receita e fixando despesas para o exercício financeiro de 2006. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. **Aprovado.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, denominando Olívio Zanella o trecho de estrada PR-180/473, ligando Fran-

cisco Beltrão - Dois Vizinhos - Cruzeiro do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Emenda da CCJ. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2005, autorizando o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel no município de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2005, autorizando a Secretaria de Estado da Educação a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, autorizando o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005, em Projetos de Lei, pág. 23).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 709/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, através da Secretaria de Estado de Ensino Superior.

Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 24, IX:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

O projeto ora analisado não encontra vícios no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade.

O parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 13.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4100, de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 14, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.